

## O Grito do Pantanal: a narrativa apocalíptica da revista *Globo Rural* (1985-1987)

The Alert of Pantanal: the apocalyptic narrative of *Globo Rural* magazine (1985-1987)

Denis Henrique Fiuza

Mestrando em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste

denis-fiuza@hotmail.com

**Recebido em:** 24/03/2019

**Aprovado em:** 05/09/2019

**Resumo:** Neste artigo, discuto a narrativa “apocalíptica” adotada pela revista *Globo Rural*, de 1985, data de sua fundação, a 1987, dando ênfase a sua edição de número 16, de janeiro de 1987, quando o periódico buscou chamar a atenção para o desmatamento do bioma Pantanal do Brasil. Para pesquisadores do campo da ecocrítica, o apocalipse é uma das mais poderosas metáforas utilizadas pela imaginação ambiental contemporânea (GARRARD, 2006). E essa edição da revista apresenta uma de suas principais reportagens relacionadas à preservação ambiental. “O Grito do Pantanal”, título dado à reportagem, repercutiu nacionalmente, chamando a atenção de institutos ambientalistas e do governo brasileiro. A costumeira abordagem do idílico ambiente rural é destrocada por algum agente de mudança, cujo mistério é enfatizado pelo uso da terminologia natural e sobrenatural da narrativa aterrorizante de destruição da fauna e da flora do Pantanal. Através da história ambiental e da ecocrítica, busco compreender, então, como é projetada essa narrativa que visa construir a natureza e suas transformações, através da utilização de metáforas de linguagens apocalípticas.

**Palavras-chave:** Revista *Globo Rural*; Pantanal Brasileiro; História ambiental.

**Abstract:** In this article, I discuss the "apocalyptic" narrative adopted by *Globo Rural* magazine, from 1985, when it was founded, until 1987, emphasizing its issue number 16, from January 1987, where the paper sought to draw attention to deforestation of the biome Pantanal of Brazil. For researchers in the field of ecocritics, the apocalypse is one of the most powerful metaphors used by contemporary environmental imagination (GARRARD, 2006). And this issue of the magazine features one of its main articles related to environmental preservation. "The Alert of the Pantanal", title given to the report, echoed nationally, drawing the attention of environmental institutes and the Brazilian Government. The customary approach to the idyllic rural environment is shattered by some change agent whose mystery is emphasized by the use of the natural and supernatural terminology of the terrifying narrative of Pantanal fauna and flora. Through environmental history and ecocriticism, I seek to understand, then, how this narrative designed to construct nature and its transformations through the use of apocalyptic language metaphors is designed.

**Keywords:** *Globo Rural* magazine; Brazilian Pantanal; Environmental History.

## Introdução

Ao longo dos séculos XIX e XX intensificaram-se os debates e as produções literárias e científicas relacionadas à crise ambiental, concomitante ao avanço da ciência ecológica. Articularam-se ideias que levaram à fundação de movimentos, à publicação de livros e à constituição de campanhas de proteção à natureza. Em todos os períodos da história, os seres humanos, além de modificar o ambiente em que viviam, criaram inúmeras representações e significados para esse espaço natural. Todavia, a partir do século XIX, o interesse pelas ideias sobre a natureza e as reflexões acerca da atuação humana sobre o ambiente se multiplicaram e adquiriram aspectos diversificados. Observa-se que no período moderno há uma expansão dos temas ligados à preservação do meio ambiente e à ecologia, ideias essas, diversas e complexas.

A partir da década de 1970, intensifica-se no Brasil o debate sobre a preservação do meio ambiente, devido ao fortalecimento do movimento ambientalista e à realização de eventos mundiais sobre esse tema. A revista *Globo Rural* adentra nesse contexto como uma publicação jornalística voltada para o ambiente rural, destinando-se a falar de temas sobre a produção agrícola, mas também buscando retratar a natureza e expandir uma consciência de preservação ambiental.

Uma das principais reportagens da *Globo Rural*, relacionadas à preservação ambiental, foi publicada em janeiro de 1987, na edição de número 16. A reportagem intitulada *O Grito do Pantanal* repercutiu nacionalmente, chamando a atenção de vários institutos ambientalistas e do governo brasileiro. Na própria revista, a seção *Minha Opinião*, das edições posteriores à reportagem, expressava a indignação dos leitores e leitoras pela situação de depredação da fauna e da flora do Pantanal. Dessa forma, fontes como a imprensa possibilitam apreender a expansão do debate ambiental que abarca a ciência ecológica, os movimentos ambientalistas, mas, também, o senso comum, os agricultores familiares, fazendeiros e indivíduos urbanos comuns. Além disso, apresenta um debate público sobre a temática, no qual o periódico constrói sua narrativa dando voz a diferentes indivíduos.

No presente artigo, analiso a narrativa dos primeiros anos de publicação da revista *Globo Rural* (1985, 1986 e 1987) apoiado nas premissas da ecocrítica e da história ambiental, tendo em vista que a edição 16 projeta um viés ecológico desse periódico no cenário nacional, através da reportagem *O Grito do Pantanal*. Tomando aproximadamente 20 páginas da revista, o autor José

Hamilton Ribeiro, editor chefe da revista e responsável por inúmeras reportagens denunciou ao país a “situação de calamidade” em que se encontrava o Pantanal.

De acordo com José Augusto Pádua (2013), é necessário compreender de forma abrangente a abordagem histórica das florestas brasileiras. Por isso, o objetivo desse artigo é discutir “o tema das relações entre sociedades e florestas” (PÁDUA, 2013, p. 4). Esse tipo de análise, conforme o autor, “deve prestar muita atenção na dimensão biofísica e geográfica da história. As diferenças na composição ecológica e na expressão espacial dos complexos florestais são muito relevantes” (PÁDUA, 2013, p. 5). Além disso, a dimensão biofísica e geográfica da história deve ser articulada com temas como “a) as mudanças históricas nas percepções culturais sobre a natureza e as paisagens florestais, b) a evolução das leis e das instituições políticas, c) a transformação ao longo do tempo dos processos e conflitos relativos à apropriação e ao uso econômico dos recursos naturais” (PÁDUA, 2013, p. 5).

Buscando identificar as mudanças históricas nas percepções culturais sobre a natureza em *Globo Rural*, utilizo pressupostos ecocríticos, de história da imprensa e da história ambiental. Especialmente por considerar que, para se pensar a agricultura moderna enunciada pela revista, é necessário enredá-la na dimensão contemporânea da temática das relações entre humanos e mundo natural e a forma como a revista narra essas ligações. Principalmente, vinculando a ecologia à atividade agrícola, que é o elo mais direto e complexo dessa relação historicamente construída.

A ecocrítica é um movimento científico fundado em 1996 nos Estados Unidos por Cheryl Glotfelty (GARRARD, 2007, p. 55). Diferentes trabalhos precederam a fundação da ecocrítica, sendo também responsáveis pela sua formação. Esses trabalhos buscavam explorar os modos como a sociedade retrata a relação que mantém com o meio ambiente. Entre eles, *The Machine in the Garden* (1964), de Leo Marx, e *The Country and the City* (1973), de Raymond Williams (GARRARD, 2007, p. 55).

Esse aumento da produção de trabalhos com certa preocupação ecocrítica se desenvolveu, principalmente, a partir do fortalecimento dos movimentos ambientalistas da década de 1970, sendo que um de seus objetivos principais era justamente analisar criticamente a pauta desses movimentos. Seus estudos se baseiam nas diferentes áreas da produção cultural, desde os escritos da antiguidade até os romances modernos e os documentários contemporâneos sobre a natureza, fixando-se nos modos como a “natureza” é sempre culturalmente construída.

De acordo com Glotfelty (*apud* GARRARD, 2007), a ecocrítica vai de encontro a questionamentos que vão desde “como é representada a natureza nesse soneto”, passando por “como se modificou o conceito de mundo natural ao longo do tempo?”, até mesmo, “como se abre a própria ciência à análise literária?”, buscando trabalhar interdisciplinarmente, cruzando estudos literários e ambientais com disciplinas como a história, a geografia, as artes, entre outras (GARRARD, 2007, p. 14).

Nessa perspectiva, percebo que essa reportagem utiliza ferramentas de linguagem, como aquelas que pesquisadores de ecocrítica costumam chamar de “pastoral” e “apocaliptismo ambiental”. A pastoral, de acordo com Greg Garrard (2006), tem suas raízes no período clássico, e mostrou-se maleável para fins políticos. Seu objetivo é ressaltar, de forma poética e bucólica, a vida no campo e a natureza. Garrard (2006) explica também que, “um dos refúgios pastoris contemporâneos está no próprio discurso da ecologia”, sendo que, “na raiz da pastoral está a ideia de natureza como um contraponto estável e duradouro à energia e à mudança disruptivas das sociedades humanas” (GARRARD, 2006, p. 85).

Já o apocaliptismo ambiental, também de acordo com Garrard (2006), é uma metáfora-mestra de que dispõe a imaginação ambiental contemporânea. Segundo esse autor, suas principais características de retórica se relacionam a uma tragédia, como as descritas no apocalipse bíblico. Garrard (2006) descreve que “o alerta é apresentado em termos de autoridade absoluta, a ameaça material é ‘maléfica’ e, portanto, por associação, seus autores também o são, as consequências de não atentar para o alerta são catastróficas, e o perigo é eminente e já está em andamento” (GARRARD, 2006, p. 136). Tanto a linguagem pastoral, como a do apocalipse ambiental, são observadas na narrativa da *Globo Rural*, sendo enfatizadas nesse artigo principalmente a partir da reportagem *O Grito do Pantanal*. Mas, além desses tópicos de ecocrítica, serão considerados outros pressupostos da história ambiental.

Nessa perspectiva, de acordo com Jó Klanovicz (2011), a história ambiental assumiu preponderância, em moldes semelhantes aos atuais, ainda na década de 1970, tendo como núcleo “a interpretação das relações entre humanos e mundo natural no tempo” (KLANOVICZ, 2011, p. 39). Além disso, esse historiador afirma que “até os anos 1980, as primeiras histórias ambientais tratavam de interpretar tais relações a partir do rastreamento e da genealogia de alguns conceitos como a ecologia” (KLANOVICZ, 2011, p. 39). Nesse sentido, essa pesquisa enfrenta o desafio de “examinar as ideias como agentes ecológicos” (WORSTER, 1991, p. 211),

percebendo-as em suas articulações e construções discursivas, por meio de uma revista direcionada a um público interessado no mundo rural brasileiro, como é o caso da *Globo Rural*.

De acordo com Donald Worster (1991, p. 202), um dos pioneiros da história ambiental nos Estados Unidos, há uma série de questões enfrentadas por esse campo que se fundamentam, basicamente, em três níveis. O primeiro deles seria o entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. O segundo nível de observação introduz o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com o ambiente (WORSTER, 1991, p.202). E o terceiro nível de análise, segundo Worster (1991), é “aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202).

A presente análise localiza-se nesse terceiro nível, refletindo sobre como a revista *Globo Rural* elabora ideias e percepções sobre a natureza e seu elo com o ambiente rural. Baseando-se, para isso, em seu período inicial de circulação, de 1985 a 1987, através de uma análise mais específica da reportagem *O Grito do Pantanal*, de janeiro de 1987.

### **O Rural na história da imprensa**

Ao longo do período moderno e, com mais ênfase, desde o século XX, a imprensa tornou-se uma arena de debate que veio a participar como catalisadora de conflitos de opinião na esfera pública (HABERMAS, 1984). Dessa forma, o trato da imprensa na pesquisa histórica deve levar em consideração esse aspecto, acrescentando-se a leitura sobre o conteúdo ideológico contido no jornalismo profissional e especializado (KLANOVICZ, 2003, p. 175).

*Globo Rural* é uma publicação da *Editora Globo*, que começou a circular em 1985 e passou por inúmeras transformações desde a primeira edição. Na atualidade (conforme catalogação do arquivo completo da revista para uma pesquisa em nível de mestrado), a *Globo Rural* possui entre 150 e 200 páginas, com uma tiragem impressa que orbita a casa dos 100 mil exemplares, com poucas oscilações na história de mais de 360 edições. Considerando o percurso de deslocamento da imprensa escrita para a imprensa digital, é importante pensar que a revista continua sendo uma publicação periódica impressa e com comercialização no Brasil, assim como em Portugal.

*Globo Rural* atravessou o período da redemocratização nacional e da Constituinte, época em que mudanças políticas e sociais foram instauradas, tendo a imprensa como elemento fundamental de exposição de questões nacionais, mas também de elaboração de pautas que

interessavam a grupos específicos (KLANOVICZ, 2008). Os grupos a quem *Globo Rural* se destinava eram formados principalmente por pequenos e grandes produtores, mas também por profissionais agropecuários, indivíduos urbanos saudosos de seu passado rural, entre outros. Todavia, o objetivo central da revista, no momento abordado nesta pesquisa, era levar a modernização aos pequenos produtores.

Desde sua fundação, a revista busca colaborar para modernizar a agricultura do país, sem excluir o homem do campo desse processo. No Brasil, a modernização agrícola se intensificou concomitante à chamada Revolução Verde<sup>1</sup>. Esse processo foi responsável por inaugurar e intensificar novos objetivos e formas de exploração agrícola, originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Além disso, a modernização da agricultura trouxe mudanças no quadro social e econômico dos moradores das regiões agrárias brasileiras.

As principais características da modernização da agricultura são a utilização de máquinas, de implementos agrícolas, de insumos químicos e do estabelecimento de novas relações sociais de produção, que passaram a ser utilizados pelos países que apresentavam uma agricultura tradicional, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico seguindo um padrão internacionalizado. Um dos destaques do número um da revista foi o editorial assinado por Roberto Marinho, presidente do *Grupo Globo*. Em suas palavras, fica evidente uma perspectiva específica de modernização da agricultura, entendida pelo grupo empresarial e editorial como essencial para o país.

Inicialmente, Marinho afirma que,

esse trabalho diário, essa vocação para superar as barreiras merecem a ajuda solidária de toda a Nação. Ao lado da produção de alimentos, a mais importante missão da agricultura, existem os aspectos econômicos que justificam, por si sós, esse empenho em favor do homem do campo (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3).

Dessa forma, percebe-se que o aspecto econômico, que “justifica por si só” o trabalho “em favor do homem do campo”, é essencialmente a inclusão e adaptação desse agricultor a agricultura modernizada (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3).

Roberto Marinho expressa que a produção de alimentos, e as demais atividades agrícolas, “podem trazer os dólares da liga com os Estados Unidos, a história tem mostrado que a nossa

---

<sup>1</sup> Revolução Verde é uma expressão adotada a partir de 1966 para explicar as inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentavam a produtividade.

terra é uma usina de divisas” (GLOBO RURAL, 1985, p. 3). Ele assinala ainda que, “o café, o cacau, a soja, a laranja estão aí para provar que, especialmente nesta fase que passa o país, os dólares de que tanto necessitamos podem e devem sair” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p. 3). Entretanto, ele coloca uma condição. Precisa existir “uma agricultura forte e organizada” (GLOBO RURAL, 1985, p. 3):

A revista *Globo Rural* não vai, por certo, resolver os problemas da agricultura brasileira. Mas pretende ajudar complementando o trabalho do programa *Globo Rural* da Rede Globo de Televisão. Pretende transformar-se em companheira do agricultor, em todas as etapas de seu trabalho, refletir seus anseios e suas reivindicações. A revista *Globo Rural* quer levar informação e serviço ao agricultor, esteja onde estiver. Mas será distribuída, também, nas grandes cidades. É preciso que todos os brasileiros compreendam um pouco mais esse mundo tão complexo, de que tanto dependemos (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, Editorial escrito por Roberto Marinho, p. 3).

Ao se colocar como companheira do agricultor, *Globo Rural* apresenta novas tecnologias, instrui sobre o funcionamento destas, sobre a utilização de fertilizantes, etc. Torna-se, assim, ferramenta para a expansão da modernização agrícola, alavancando também a venda dos produtos de seus anunciantes, em sua maioria empresas de máquinas, tratores e agrotóxicos. Em um anúncio da empresa de pneus *Pirelli*, a revista destacou esse agricultor moderno:

Quem tem boca vai sempre pra Roma. O empresário moderno, para controlar e administrar bem um negócio precisa de muita informação. Por isso é importante que ele pergunte e se informe sobre todos os detalhes do seu negócio. Respeitando esta necessidade, a *Pirelli* criou um serviço a domicílio, de orientação e assistência técnica pré e pós venda para garantir ao empresário o melhor rendimento dos pneus de sua frota (GLOBO RURAL, n.1, 1985, p. 34).

Nesse sentido, na revista comemorativa de um ano de circulação, a edição de 13 de outubro de 1986, foi publicado o exemplo de duas famílias a servirem como “famílias modelo” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p. 134). O título da reportagem era “Valeu!”, fazendo referência à trajetória de um ano de *Globo Rural*. Para o periódico, tinha valido a pena a publicação da revista devido à história dessas duas famílias:

Nos confins de Goiás, a família Pinheiro de Melo está em festa: Neste ano a produção do arroz cultivado em sua fazenda, a Boa Vista, aumentou 50% graças à implantação da aração renovada (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p. 134).

Em Louveiro/SP, também tem gente comemorando: a família Tura finalmente achou a melhor solução para o cultivo de uva níagara em sua terra quebrada, adotando a adubação verde em lugar da tradicional cobertura morta (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p. 134).

*Globo Rural* completa afirmando que as “mudanças”, ou mesmo a adaptação à modernização agrícola, através de reportagens da revista, demonstram que seu objetivo estava sendo alcançado:

O que nós temos com isso? Bem, em primeiro lugar gostamos de dar boas notícias. Mas, principalmente, achamos que podemos comemorar com eles: essas duas famílias são exemplos de leitores-agricultores que mudaram a forma de trabalhar suas culturas a partir de reportagens publicadas na *Globo Rural*. Histórias de mudanças como essas, que contamos a seguir, são o melhor presente de nosso primeiro aniversário (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134).

De acordo com a revista, o avanço da tecnologia se enquadrava nos moldes produtivos da agricultura. Por isso, os produtores deveriam focar em alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permitiria ampliar as áreas cultivadas e a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se modernizar, visto almejarem uma venda cada vez maior. E *Globo Rural* vem de encontro com o objetivo de modernizar a imagem desse rural. De forma simbólica e indireta, ela passa a pressionar os trabalhadores a se adaptarem à tecnologia.

A *Globo Rural* adentrou esse processo se colocando como uma ferramenta para sua expansão. Ana Luiza Cerbino (2015) explica, nesse sentido, que as revistas, de forma geral, expressam traços e características de uma época e do grupo social que nele interage, inclusive através de sua constituição física e das marcas nela impressas. Tanto as reportagens quanto as notícias veiculadas por uma revista estão interligadas a um processo histórico amplo. Como afirmam Ana L. Martins e Tania R. De Lucca (2008), “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel” (MARTINS, DE LUCCA, 2008, p. 8).

As revistas são atravessadas por diversos interesses e valores de um determinado tempo e, historiograficamente, devem-se seguir algumas regras específicas sobre análise desse tipo de fonte histórica. Além de observar algumas características comuns a esse tipo de documento, por exemplo, “a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, a aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), devemos observar a estruturação e divisão dos conteúdos” (DE LUCCA, 2005, p.139). Outro aspecto relevante na revista *Globo Rural* é perceber as relações que a revista manteve e mantém com o mercado, com o público a que visava atingir e os objetivos propostos.



### Janeiro de 1987 trazia “más notícias”

Era janeiro de 1987, José Hamilton Ribeiro, editor chefe e responsável pelo editorial da revista desde sua primeira edição, destacava que a edição 16 traria a colheita de “notícias boas e más” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3). Ele descreve que as notícias boas ficavam por conta de resultados alcançados pela modernização agrícola: “a sojoada, a fartura em 500 metros quadrados de roça, um pé de tomate com mais de 13.000 tomates e sem ocupar um centímetro de terra, o inoculante a óleo mais eficiente que o a pó, um ventilador para refrescar codorna, um banco de rainhas para manter jovem a colmeia” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3). Basicamente, os resultados obtidos pela modernização da agricultura, através de novas técnicas incorporadas pelos produtores.

Já as “más notícias” eram referentes à situação do Pantanal. “O que nós temos sobre o Pantanal não é uma boa notícia, mas é nossa obrigação contar; há realmente uma ameaça muito séria sobre a avifauna pantaneira, aquela passarada aquática que faz, com suas revoadas, o espetáculo-símbolo do Pantanal” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3).

De acordo com Ganem, Drummond e Franco (2008, p. 3): o Brasil sofreu duas frentes de ocupação humana, a primeira há 13.000 anos, proveniente da América do Norte pelo Panamá, e a segunda com a chegada do português, há quinhentos anos, pela costa oriental. Segundo esses autores:

A entrada dos portugueses no Cerrado foi motivada pela busca de pedras e metais preciosos e pelo apresamento de índios para trabalhar nos engenhos de açúcar do Nordeste (Rocha Jr. et al. 2006). Desde meados do século XVI, circulavam entre os colonizadores portugueses notícias sobre a existência de um “Lago Dourado”, onde se supunha haver enormes riquezas em ouro e prata. Um dos primeiros mapas do Brasil, de 1570, indica esse lago no centro do País, como a nascente de três grandes bacias: do Tocantins, do São Francisco e do Prata (Bertran, 1994; DEAN, 1996). Rocha Jr. et al. (2006) afirmam que a existência de riquezas minerais já era conhecida pelos bandeirantes desde o século XVI (GANEM, DRUMMOND & FRANCO, 2008, p. 3).

Além disso, segundo os autores, “na Mata Atlântica, a cultura da cana-de-açúcar e, depois, a cultura do café promoveram a conversão de floresta para a monocultura, desde o século XVI” (2008, p.3). Já no Cerrado, “a interrupção do ‘regime autárquico’ e do ‘isolamento do homem cerratense’, o desmatamento e os efeitos mais devastadores da conquista biótica ocorreram apenas a partir de meados do século XX”, quando, de acordo com esses autores, “tiveram início

as políticas direcionadas à ocupação do Brasil Central, em especial a construção de Brasília e a política agrícola” (GANEM, DRUMMOND & FRANCO, 2008, p. 3).

Estendendo-se pela Bolívia, Paraguai e Brasil, o Pantanal é a maior planície inundável do mundo, cuja área concentra-se em sua maioria no Brasil. Os estados brasileiros ocupados pelo Pantanal são o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo os municípios de Corumbá, Poconé, Cáceres e Aquidauana considerados os que mais contribuem em área para a formação do Pantanal, com destaque para a primeira cidade mencionada.

Segundo informações disponíveis no site da Apoena (2008), o Pantanal é um bioma que se diferencia dos demais presentes no Brasil, pois possui a maior concentração de fauna das Américas. Além disso, compreende características de outros biomas, como o Cerrado, o Chaco (ou Bosque Chiquitano), a Amazônia e a Mata Atlântica, bem como liga duas bacias hidrográficas de importância internacional, a Amazônica e a do Prata, o que lhe atribui a função de corredor biogeográfico. Em outras palavras, contribui para a ampliação das várias espécies da fauna e flora.

A preocupação da revista pelas condições desse bioma, segundo seu editor chefe, se dava porque havia notícias de que as aves do Pantanal estavam desaparecendo, e “o passarinho, em situações de crise, funciona como sinal de alarme: ele morre primeiro, avisando que, se não houver cuidados, tudo o mais virá morrendo atrás” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3). E acrescenta que “o governo brasileiro ainda não percebeu que grande riqueza estamos jogando fora, infantilmente” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3). Essa constatação se deu a partir de cartas dos leitores que abordavam o desmatamento no Pantanal e quando, de uma outra reportagem na região, sobre os Tuiuiús (*Jabiru mycteria*), foram constatados poucos ninhos, numa época de reprodução desses animais. A partir daí, a equipe se mobilizou para voltar ao local e fazer a reportagem publicada nessa edição.

José Hamilton destaca a presença do fotógrafo Haroldo Palo Jr. nessa reportagem, início de sua trajetória na revista. “Esta matéria do Pantanal está nos dando um ganho extra: o engenheiro eletrônico Haroldo Palo Jr. Não que a gente vá agora tratar de pilhas e transistores, é que se trata de um dos maiores fotógrafos de natureza, no Brasil” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3). A utilização de um fotógrafo especializado em imagens da natureza será determinante na construção dessa reportagem, especialmente por seu apelo à narrativa pastoral, em que a imagem é mais um instrumento de legitimação (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 3).

A capa dessa edição destaca uma imagem desse fotógrafo:

Imagem 1: Capa da edição 16 – O Grito do Pantanal



Fonte: Revista Globo Rural – edição capa 16 - 1987

Com o título: “Pantanal: Tuiuiú, o primeiro grito de socorro”, a reportagem inicia com um alerta:

Dos ninhos vazios da Transpantaneira vem o aviso: o Pantanal está doente. Uma doença muito grave. Seus rios estão sendo asfixiados e, assim como o tuiuiú, as outras aves aquáticas talvez estejam começando a desaparecer. Se isso acontecer, todo o mais morrerá”, denunciava o editor na descrição da reportagem (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 62).

José Hamilton Ribeiro foi um dos responsáveis por construir o viés ambientalista na revista *Globo Rural*, especialmente na primeira década de circulação, quando era seu editor chefe. Preocupado com a escrita, desde a primeira edição da revista ele se interessa em saber se a narrativa de *Globo Rural* era de fácil compreensão por todos, solicitando que os leitores se manifestassem através de cartas. Nesse sentido, nas reportagens de cunho ambientalista, ele não se restringiu em utilizar da linguagem pastoral e apocalíptica para narrar tanto as belezas da natureza quanto sua destruição.

*O Grito do Pantanal* inicia-se evidenciando as belezas desse ambiente: “Certo, o Pantanal é todo ele um show”. E “invocando” a “ecologia pastoral” (GARRARD, 2006), pinta, em seguida, um quadro da natureza em harmonia nesse local, “as curvas insinuantes da sucuri”, “as capivarinhas mamando na tia ou na avó”, “os quatis desfilando de rabo em pé”, “um jacaré no choco”, “o balé das ariranhas no corrico”, “o tropel das piranhas estraçalhando uma cacharra”,

“o andar de mão do tamanduá” e “a cerva de cola alta sumindo no pirizeiro” dando vida e características humanas à fauna e à flora do Pantanal (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 62).

O autor descreve também que:

Os peixes que saem no seco na busca de águas mais fundas, o malhador das araras no pé de acuri, o espojo da anta no barreiro. A chegada das caturritas, a corrida desequilibrada da ema com seus frangotes, o surdo coral dos bugios no galho mais alto do sarã – sem espantar a jacutinga” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 62).

Sua narrativa é preenchida por imagens de beleza natural, a partir das quais enfatiza a “harmonia” que “um dia existiu” entre a natureza e os seres humanos (GARRARD, 2006, p. 11). José Hamilton descreve um local de grande concentração de aves para reprodução, o ninhal do Jofre Grande. Nesse trecho, ele busca evidenciar “o espetáculo pantaneiro”:

[...] com a sucessão de ninhos e filhotes insaciáveis, os adultos sempre levando comida, os carcarás em volta, a sucuri na espreita, as piranhas e jacarés esperando a queda de um filhote, com toda essa vida, um ninhal em atividade é espetáculo inesquecível (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

O autor se percebe como um observador apaixonado pelo Pantanal, esse “espetáculo” que ele narra é “talvez o mais emocionante espetáculo natural do Brasil”, afirmou, de forma tal que “o primeiro que eu vi me impressionou tanto que busquei deixar num livro (Pantanal: amor baguá)” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68). A natureza do Pantanal, segundo José Hamilton Ribeiro, toca o observador, “tudo é forte, impressionante, tocante. Mas há um determinado espetáculo que simboliza toda a riqueza do Pantanal: as aves aquáticas”. O voo das aves será a característica mais enfatizada por Ribeiro, a “revoada de garças, colhereiros, biguás, baguaris, frangos d’água, tabuiaíás, cabeças-secas e tuiuíús enche o céu de cores e desperta alegria no coração do mais gélido observador” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

Então, a “harmonia”, descrita acima, é interrompida e dá lugar a uma “destruição catastrófica”:

A avifauna brasileira está em perigo. Para muitos observadores, já começou a “temporada oficial de extinção” das aves aquáticas do Pantanal. O primeiro grito de socorro veio da Transpantaneira, no município de Poconé, no ‘Matogrossão’, e pode até ter vindo por acaso. Fazendo uma reportagem sobre tuiuíús, em setembro, época em que eles estão criando, nossa equipe se espantou com o número de ninhos vazios na transpantaneira (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 62).

Da linguagem poética que descreveu a ordem “natural” daquele ambiente, a reportagem passa a enfatizar a desordem e os gritos de socorro dos animais. O cenário passa a ser encarado como “assustador”, de destruição, descrito já num subtítulo: “assustador: apenas um ninho com filhotes”. José Hamilton esclarece que, “como os tuiuiús fazem ninho todo o ano no mesmo lugar [na verdade, cada casal constrói apenas um ninho na vida e só o reforma na hora de chocar de novo], os moradores da região conhecem as árvores onde eles criam”. Sendo que, “no caso da Transpantaneira, alguém que a percorra sempre e seja observador sabe de cor os pontos onde se encontram os ninhos de tuiuiús ao longo dos 145 km da estrada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 64).

Daí em diante, a revista apresenta uma narrativa propriamente apocalíptica, no momento em que descreve a forma como “cada elemento do idílio rural é destruído por algum agente de mudança, cujo mistério é enfatizado pelo uso da terminologia natural e sobrenatural” (GARRARD, 2006, p. 12). A constatação veio, então, por Estelito Rodrigues de Carvalho, entrevistado pela equipe da *Globo Rural*, que o caracterizou como “pantaneiro experimentado e constante passageiro da estrada – em seu atual serviço de empreitada nas fazendas ou no tempo em que trabalhava numa pesquisa sobre jacarés e capivaras na própria Transpantaneira”. De acordo com ele, “não sei o que está acontecendo, mas quase não tem filhotes de tuiuiús este ano” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 64).

A revista, então, se propôs a analisar a informação “contando um por um os ninhos e os filhotes” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 64). De acordo com Ribeiro, “o resultado foi assustador: dos 21 ninhos da borda da Transpantaneira, em apenas um havia filhotes. Era o ninho de uma piúva seca no lado do Pixaim, bem de frente do parador dos cajueiros de José Ricardo Dorileu. E estava pela metade” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 64).

Os relatos descrevem a constatação do fazendeiro ao perceber que as pessoas se aglomeravam no mesmo ninho para tirar fotografias, pois não havia outros naquele lugar. E nos demais vinte ninhos da Transpantaneira, “um ou outro tinha o casal de tuiuiús vigiando, ou apenas um dos adultos, mas não havia sinal de filhotes”, destacou a reportagem. Segundo José Hamilton Ribeiro, um morador que tinha uma casa bem na beira da estrada, quase debaixo de uma piuveira com ninho antigo, afirma que “não dá para saber se este ano os tuiuiús não botaram, se botaram mas houve goro, ou se os filhotes caíram ou foram devorados. Só o que dá para ver é que filhotes não há” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 65).

Todavia, a situação era ainda pior. Segundo José Hamilton, “a falta de filhotes de tuiuiú nos 21 ninhos da Transpantaneira foi apenas a ponte para outra informação ainda mais inquietante: não existem mais viveiros de garças na região de Poconé”. Ou seja, segundo a reportagem “os pássaros que se reproduzem em colônias, em ninhais coletivos, no ‘viveiro das garças’, como dizem os pantaneiros, esses pássaros não criaram em 1986”, aprofundando ainda mais a situação desastrosa. Sendo que “em Poconé não aconteceu, no ano passado, a reprodução de garças, colheiros, biguás, biguatingas, cabeças-secas, baguaris, tabuiaiás”, como destaca o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 65).

Toda essa variedade de aves estaria ameaçada a desaparecer. “Tenho 73 anos, nunca saí daqui deste Pantanal de Poconé e este é o primeiro ano que não tem viveiro de garça”, disse “o velho curandeiro”, Davi Sales, morador dos fundos de Caracará à equipe da *Globo Rural*. Para ele, isso aconteceu porque as águas estão “muito fundas”, o que dificulta as aves à “pesca” de seus peixes. Já Estelito, acha que o que acabou com os ninhais tão antigos de Poconé “foi a frequência, o abuso e a falta de educação de turistas e visitantes, que chegam a dar tiros nos viveiros só para ver a passarada voar. Aí caem filhotes no chão, ovos se quebram, o carcará aproveita a vacilação dos pais para levar na unha os indefesos filhotinhos” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 66).

Entretanto, as causas podem ser outras, como destaca a reportagem. “Acho até que uma coisa tem a ver com a outra – diz Estelito. Como não teve ninhal nessa temporada, os carcarás ficaram sem comida e então descontaram nos tuiuiús, comendo todos os filhotes. Por isso é que tem tanto ninho de tuiuiú vazio”. Ou, como explica Zé Correia, sobre a não criação de garças no ano passado: “é veneno. Só pode ser veneno na água, essa química que vem da lavoura, de usina de cana, de garimpo... A água envenenada está desnaturando os passarinhos. Nunca mais o Pantanal vai ser o mesmo” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 66).

Essa última possibilidade é enfatizada pela revista. O autor José Hamilton descreve que, “Zé Correia é homem simples e franco, simplicidade e franqueza que podem ser afinal a chave do entendimento (e da solução) para o que vem acontecendo com as ‘aves paludículas’”. De acordo com ele, é assim que os especialistas chamam as aves que dependem da água e dos alagados para sobreviver (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 66).

Além da retórica poética e pastoral, a revista aposta numa outra categoria analisada pelo movimento da ecocrítica, que é uma narrativa “apocalíptica”, em relação à situação do Pantanal.

De acordo com Buell (*apud* Garrard, 2006, p. 134), “o apocalipse é a mais poderosa metáfora-mestra que dispõe a imaginação ambiental contemporânea”. Nela, a situação do ambiente em questão ganha tons de alerta, de ameaça e perigo (GARRARD, 2006, p. 134).

Nesse sentido, a ameaça sofrida pelo Pantanal, é principalmente o alerta de não existir mais viveiros de garça em tal temporada em Poconé. De acordo com o autor, é extremamente significativa essa ausência de viveiros, por se saber que fica ali o maior criatório de aves aquáticas do Pantanal. Segundo Ribeiro, “parando em Poconé a criação de garças, colhereiros, biguás, baguaris e outros, é só uma questão de tempo a parada no Pantanal inteiro”. Para fundamentar essa constatação, a revista trouxe também a opinião de cientistas ligados a esse tema:

O biólogo Carlos Yamashita, do Centro de Estudo de Migração de Aves (CEMAVE), do IBDF, em Brasília, vai mais longe: - Devido a sua extensão e condições especiais, os ninhais de Poconé são a mais importante área para reprodução de aves paludícolas do Brasil. A questão, portanto, já não se limita ao Pantanal. E não está acontecendo o problema apenas em Poconé. A bióloga Emi Garcia, do INAMB (órgão de defesa do meio ambiente, de Campo Grande), diz que no ano passado, na época certa, duas equipes foram pesquisar ninhais em Mato Grosso do Sul e voltaram de mãos abanando. Outro estudioso, Roni Pulha, diretor do Zoo de Sorocaba, São Paulo, coordena um grupo de pesquisadores que visita o Pantanal a sete anos, na época certa, para estudar as aves - A avifauna do Pantanal – diz ele – está reduzida hoje a 10% do que era em 1979 (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 66).

A narrativa de José Hamilton, que une a matança dos pássaros à contínua menção da poluição dos rios, chama a atenção para seu “apocalíptismo” (GARRARD, 2006). No trecho acima, isso fica evidente quando especialistas, e o próprio autor da reportagem, apontam um “prenúncio”, na forma da redução da avifauna a 10% do que era em 1979, pois, de acordo com eles, a morte de uma ave é o sinal, é a primeira a morrer para anunciar a catástrofe.

Garrard (2006) sugere também, ao fazer referência ao livro *Primavera Silenciosa*, de Raquel Carson (1962), que se podem ver traços característicos da retórica apocalíptica, principalmente porque “o alerta é apresentado em termos de autoridade absoluta; a ameaça material é ‘maléfica’. Portanto, por associação, também seus autores o são; as consequências de não atentar para o alerta são catastróficas, e o perigo é não só eminente, como já está em andamento” (GARRARD, 2006, p. 137).

Nessa perspectiva, como é evidente na narrativa da reportagem, o tamanho da catástrofe é ligado às dimensões da natureza do Pantanal e à rapidez do avanço da devastação. A reportagem descreve o que estava sendo perdido pela catástrofe, especialmente a redução da

avifauna: “pensar que os ninhais do Pantanal podem desaparecer para sempre é aflitivo. Em si já é medonho crime, mas pior ainda: pode ser um sinal. O aviso de que o Pantanal está apodrecendo. E que, após as aves, tudo o mais morrerá também”, destacou o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

A narrativa idílica da natureza, por vezes, é interrompida, dando lugar à linguagem apocalíptica. E pode ser percebida no trecho a seguir:

Não há quem, visitando o Pantanal, não fique enfeitiçado com o biguá. Com aquele pescoço comprido e a facilidade de se atirar na água, ele também tem outro nome: mergulhão. O biguá é inquieto mas manso; vive aboletado no batente das pontes e só levanta voo quando o carro chega bem pertinho. Se está no rio e a gente dá em cima dele com a voadeira, ela aposta corrida um pouco no nado mas, vendo o barco se aproximar, dá um mergulho elegante para voltar a tona lá atrás, sempre com os olhinhos muito vivos. O biguá cria em “viveiro preto” e, como todos os seus colegas de colônia no Pantanal, é carnívoro. Vive basicamente de peixes, crustáceos, caranguejos, camarõezinhos, quer dizer, ocupa um posto alto na cadeia alimentar (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

O autor apresenta o biguá de forma poética, como aquele animal que enfeitiça o olhar do observador. Entretanto, seu objetivo é chamar a atenção do leitor para a ameaça que esses animais estavam sofrendo e com eles toda a fauna alada do Pantanal, uma vez que, “de um lado, as aves aquáticas como o biguá estão no topo da linha de alimentos; de outro, são seres vulneráveis, sensíveis, fracos” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

De acordo com o autor, essas aves são “altamente suscetíveis a contaminação e a perturbação do meio ambiente, funcionam como um indicador geral das condições de vida do ecossistema” e acrescenta: “estando tudo bem com o biguá, está tudo bem com o meio ambiente” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68). Mas, se as condições sofrem uma alteração para pior, “o biguá é o primeiro a demonstrar, seja morrendo, seja desregulando seu sistema de reprodução. É o sinal de alerta para o que vai acontecer aos outros bichos depois” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 68).

José Hamilton Ribeiro utiliza, então, o exemplo de uma situação “similar” que teria acontecido nos Estados Unidos. De acordo com ele, “por volta de 1950, havia uma colônia de 3.000 casais de um tipo de mergulhão em volta do Lago Clear, na Califórnia, EUA. Em sete anos, a colônia viu-se reduzida a algumas dezenas de casais – e não se reproduzia mais” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69). Ribeiro assinala que, estudado o caso, conclui-se que o mergulhão fora vitimado em razão de sua dupla condição: “estar no topo da cadeia alimentar e ser um



bichinho frágil – uma pequena contaminação das águas do lago foi-se concentrando nos degraus da cadeia alimentar e quando chegou ao mergulhão tinha atingido uma proporção intolerável para ele” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69).

A contaminação das águas do lago foi causada por um inseticida organoclorado, isto é, “cujas partículas não se diluem no organismo, e havia sido aplicado no lago para acabar com um mosquito”. Acreditava-se que na água, pela proporção de partículas ser pequena, não devia fazer mal a ninguém, mas o autor afirma que “o tipo de plâncton existente filtrava a água para se nutrir e, com isso, aumentava em si o nível de partículas” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69). Dessa forma, atingir outras espécies era inevitável:

O pequeno peixe herbívoro que se alimentava do plâncton absorvia todo o inseticida contido nessas suas “refeições”. Por sua vez, ao ser devorado pelo peixe carnívoro, o peixinho passava-lhe a carga de inseticida acumulado, numa proporção que ia afunilando para um indivíduo só – o peixe carnívoro – as partículas que se encontravam espalhadas em muitos peixinhos, em muitos quilos de plâncton e em centenas de litros d’água. No momento em que o mergulhão, ou outra ave aquática parecida, se alimenta de vários peixes carnívoros, está concentrando no organismo o elemento químico que há em cada um dos peixes – e aí estoura a boca do balão (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69).

Posteriormente, o autor busca confirmar cientificamente sua constatação. A reportagem traz a explicação do biólogo R. Dajoz, que escreve que “a ação de substâncias químicas, tanto inseticidas quanto herbicidas, fungicidas ou mercúrio (esse usado nos garimpos de ouro), afeta principalmente a reprodução das aves” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69). O pato selvagem, por exemplo, “que chega a por doze ovos numa temporada, vai a zero na postura depois de absorver certo número de partículas de agrotóxicos. Pode vir um ou outro ovo, mas vem com a casca fina, quebradiça, perdendo-se antes da eclosão”, descreve Ribeiro, como teria acontecido com o falcão peregrino, que “assim desapareceu de muitas regiões dos EUA” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69).

Ainda de acordo com José Hamilton, exemplificar através do que aconteceu em outros países, ajuda a compreender a situação do Pantanal. Pois, segundo ele, era preciso entender que a poluição das águas agia ativamente na mortandade das aves também no Pantanal. Esse esquema de acumulação em escala do agente poluidor faz com que sua ação possa se manifestar à distância, “pode-se dizer que o herbicida usado numa lavoura lá longe no planalto mato-grossense tenha relação com os ninhais vazios da Transpantaneira e ninguém faça a ligação entre uma coisa e outra ninguém se dê conta” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69). Segundo o autor,

“a inatividade de ‘viveiros de garça’ a partir da possibilidade de haver uma ligação com problemas na água é chocante, escandalosa” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 69).

Tanto os relatos, como os estudos apresentados, são elencados pelo autor para construir sua narrativa de apresentação da situação ambiental do Pantanal. Sua concepção ambientalista utiliza ora de artifícios literários poéticos e apocalípticos, ora do apoio da ciência para fundamentar o aviso de que o Pantanal está vulnerável à destruição de sua flora e fauna.

Para José Hamilton, o Pantanal está “sob forte pressão humana, econômica, política, agrícola, fundiária, ecológica” e denuncia: “e praticamente está abandonado, é hoje uma verdadeira casa-da-mãe-joana” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71). Além da falta de investimento do Estado, de acordo com o autor da reportagem, “existe também uma ‘fraqueza institucional’”, pois muitas áreas no Pantanal pertencem a grupos econômicos (a maioria com sede em Campo Grande, Rio e São Paulo) que passam por cima da autoridade mato-grossense (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71).

O autor descreve que esses grupos econômicos utilizavam a força da violência para restringir a ação da fiscalização. Ribeiro descreve que “o dr. Gabriel Muller, quando secretário do Desenvolvimento em Cuiabá, foi impedido, sob a mira de uma carabina, de se aproximar de um ninhal no município de Poconé”. Ele acrescenta que o secretário declarou, até mesmo, que seu cargo lhe dava o direito de entrar na fazenda, mas “quando o dr. Gabriel passou uma perna sobre a cerca, daí não passou: - Pare, doutor! Se não vou ser obrigado a cortar o senhor pelo meio, a bala!” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71).

O editor chefe e autor da reportagem, José Hamilton Ribeiro, não se abstém de criticar o Governo Federal pelo abandono do Pantanal. Segundo ele:

O Governo Federal é o primeiro a ignorar os dois Estados. Em plena época de proibição de caça, o Itamaraty convidava oficiais americanos (em férias no Vietnã) para matar onças na região do Caracará. Um coronel chegou a se ferir gravemente nessas caçadas proibidas. O controle de Brasília sobre o Pantanal só existe no papel. O IBDF, do Ministério da Agricultura, é eficaz somente quando cuida dos negócios de reflorestamento. Na sua função mais importante, de defesa da fauna e da flora, é impotente, omissa ou distante. Para fiscalizar o Pantanal inteiro, tanto o do Norte quanto o do Sul, conta com menos de vinte fiscais, desarticulados e atônitos (para “fiscalizar” Copacabana, o Governo mantém cerca de trezentos fiscais...) (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71).

A reportagem denuncia também a ineficácia das áreas do Pantanal designadas como reservas ecológicas. Segundo o autor, “parece uma piada – ou uma negociata. Dos 15 milhões de

hectares do Pantanal inteiro, a reserva se restringe a 145.000 hectares – menos de 1%. E ainda assim em local de permanente inundação, principalmente o Parque Nacional do Carcará”. Pois, como descreve o pesquisador Hermann Heinrich, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que teria examinado o Pantanal à luz das fotos tiradas de satélites, “o máximo que o Parque Nacional pode defender são os peixes: 95% a 98% da área do Parque está debaixo d’água” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71).

Ainda, consoante à reportagem, “o primeiro diretor desse Parque não conseguiu se instalar por uma razão de deixar pasmo qualquer cidadão comum: os coureiros e caçadores de jacarés não permitiram que sua comitiva de três canoas desembarcasse!”. Publicada no início de 1987, a reportagem descreve que “ainda hoje a estrutura do parque é precária, traduzindo que importância o IBDF dá ao Pantanal: quase nenhuma” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 71-72).

### **O grito de alerta e a situação de abandono do Pantanal**

Uma sucessiva narração de situações dramáticas vai constituindo a crítica ambientalista de *O Grito do Pantanal*. O autor passa a enfatizar a escassez de pesquisas científicas de qualidade e profundidade sobre a região pantaneira naquele período. De acordo com Ribeiro, “na área de conhecimento científico do Pantanal, o vazio é quase absoluto: nem mesmo se sabe ao certo qual a sua superfície. De tempos em tempos, algum órgão federal dá início a um estudo, que sempre acaba por ser abandonado” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

Exemplificando a situação de abandono, o autor descreve algumas constatações. Segundo ele, para uma pesquisa sobre o manejo da capivara “que tinha até data para terminar” construiu-se uma base perto da Transpantaneira. “Eram várias casas. Hoje restam duas capivarinhas num cercado, e nenhum resultado”. Algo similar aconteceu com uma criação experimental de jacarés na Nhecolândia, que precisou mudar de lugar “porque ninguém calculou direito a enchente e quando ela veio cobriu os viveiros, asfixiando seiscentos jacarezinhos...” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

De acordo com José Hamilton, em relação à pesquisa científica, a esperança vinha do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, da Embrapa, em Corumbá, que, segundo ele, estava determinado a tratar com seriedade – e continuidade – as pesquisas e ensaios. Entretanto, o objetivo da Embrapa era a melhoria da produtividade do gado bovino e o aproveitamento racional dos recursos naturais do Pantanal, como descreve a própria reportagem. Segundo Ribeiro, o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal visava “criar tecnologia de manejo em

condições seminaturais, de jacarés e capivaras, para o aproveitamento do coró e da carne, como já fazem alguns países” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

Além disso, a reportagem destaca que havia também estudos para conhecimento da flora pantaneira, em busca de plantas úteis como alimento ou remédio. “É bom lembrar que a estévia (ou stevia) é uma planta das bordas do Pantanal e ficou ali centenas de anos olhada como matinho à toa, até que os japoneses descobriram que ela é mais doce que o açúcar, não faz mal aos diabéticos e não engorda...”, descreveu o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

Todavia, José Hamilton ressalta que, além da ação humana, “sempre danosa”, o Pantanal é uma região frágil e sob “tensão ecológica”, na medida em que se constitui “numa transição não muito definida entre cerrado, savana, mata atlântica, chaco, e ambiente amazônico”. De acordo com ele, “sua flora vai do xique-xique a vitória régia, do aguapé a um tipo de carnaúba, da estévia ao jatobá”. E, do ponto de vista geológico, “é uma área ainda em formação. Seu equilíbrio é precário, tanto que uma temporada de ventos fortes ou um degelo maior nos Andes pode significar uma catástrofe para a fauna pantaneira, sem o homem ‘ajudar’ em nada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

O autor enfatiza ainda que, “dos desastres da natureza o Pantanal se defende, mas se sabe quanto pode resistir à desgraça fabricada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72). A reportagem sintetiza então “as 10 pragas fatais” que estavam devastando o Pantanal, elencadas de acordo com pesquisas de estudiosos que haviam observado o Pantanal nos dez anos que antecederam a reportagem:

1. Desmatamento nas cabeceiras e margens dos rios, com erosão, assoreamento e turbidez das águas.
2. Construção de diques para contenção de enchentes e canais de irrigação.
3. Expansão da agricultura tanto na borda quanto dentro do Pantanal.
4. Turismo inconsciente e destrutivo.
5. Barragens para hidrelétrica.
6. Poluição química, industrial e humana dos rios.
7. Atividades de garimpo e uso do mercúrio.
8. Pesca predatória, sem obedecer a períodos de reprodução e tamanho mínimo dos peixes.
9. Caça ilegal, tanto para couro (jacarés) quanto para pele, pena e animais vivos.
10. Usinas de álcool, com a complicação do herbicida, resíduos e dos bóias-frias. (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

A reportagem explica que as três primeiras ameaças têm relação com a abertura de frentes agrícolas nas cabeceiras do Pantanal, promovendo a derrubada de mato sem controle e sem o cuidado de preservar a “caixa” dos rios. Esse desmatamento, segundo o autor, mais o movimento de terra para plantio e a posterior queimada, “vem carregando para os rios, desprotegidos de sua mata lindeira, todo o assoreamento que acaba turbando a água e desnaturando o leito com areia, entupindo o ‘canal’ e estragando as locas, abrigos e ninhos dos peixes de couro” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 72).

De acordo com José Hamilton, a chegada de agricultores do Sul está coincidindo com uma nova “mania”: “a de fazer agricultura no Pantanal, principalmente com soja e arroz irrigado”. “Agricultura no Pantanal é incoerência e suicídio”, diz a agrônoma Maria Teresa Jorge Pádua, ex-diretora dos Parques Nacionais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entrevistada pela equipe da revista (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 74). Segundo o autor da reportagem:

Incoerência porque a vocação do Pantanal é o boi; suicídio porque os agricultores de fora se iludem com a aparente riqueza do brejo sem pensar que a colhedeira vai atolar, encarecendo pesadamente o custeio. Além do fato de a lavoura moderna implicar o uso de agrotóxicos, cujo efeito do delicado meio ambiente pantaneiro é um fantasma de arrepiar qualquer cristão. - Lugar de agricultura não é no Pantanal – diz Paulo Nogueira Neto, até recentemente titular da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 74).

A reportagem destaca que a agrônoma Maria Teresa Pádua, e outros estudiosos, têm a mesma opinião, “além de constar do Estudo Geomorfológico dos Pantanaís, do Projeto Radam” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 74). Para a equipe de cientistas espaciais do Radam, “há muita terra fértil para lavoura no Brasil, enquanto no Pantanal a inteligência manda evitar alguns setores produtivos devido a necessidade de conservação e preservação do ecossistema pantaneiro, de equilíbrio instável e recuperação irreversível” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 74).

Além do avanço da agricultura sobre o Pantanal, a reportagem destaca também a expansão do turismo. “Aumenta ano a ano o turismo no Pantanal, e não é para menos”, afirma o autor. Citando o escritor inglês Julien Huxley, Ribeiro destaca que “ver animais passeando livremente e sem medo em seu meio ambiente natural é um dos espetáculos mais comoventes e mais exaltantes do mundo, comparável à contemplação de uma obra de arte ou à audição de uma grande sinfonia” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 75).

Todavia, segundo o autor, por enquanto, o turismo no Pantanal está trazendo mais malefícios do que benefícios, tanto que é considerado uma das causas do abandono dos ninhais pelas aves aquáticas. Dessa forma, “por seu caráter democrático”, já que abre para todas as pessoas o “espetáculo Pantanal”, salienta Ribeiro, “o turismo precisa ser orientado e melhorado, de forma a tornar-se importante fator de defesa do que há ali de mais precioso: a flora, a fauna, a natureza como um todo”. Porque, segundo ele, “fazer uma fábrica, qualquer tonto pode fazer; mas quem faz um filhote de garça?” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 75).

Segundo José Hamilton Ribeiro, “um grande pesadelo dos defensores do Pantanal vem de duas novas atividades na região: usinas de álcool e garimpo”. De acordo com a reportagem, no período existiam dez usinas de álcool na periferia do Pantanal (ou “peripantanal”) sem que estivesse proibida a instalação de outras, pelo menos no Norte (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 75). A situação era de calamidade, pois, segundo o autor:

Saiu claramente de uma delas o veneno, em forma de vinhoto, que provocou a primeira mortandade de peixes no rio Paraguai – a água-mãe do sistema pantaneiro. É obrigatório construir tanques de decantação de vinhoto nas destilarias, mas os “acidentes” parecem até planejados. - Fica mais barato pagar a multa pelo “acidente” do que fazer mais tanques e dar destino útil ao resíduo – diz Carlos Yamashita, do IBDF (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 75).

Além disso, a reportagem descreve que “as usinas precisam também aplicar muito herbicida nos canaviais e a possibilidade de essa substância acabar na água dos corichos e balas – e depois nos peixes, biguás, nos tuiuiuís... - não pode ser negada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 75-76). A denúncia de contaminação por esses poluentes é acompanhada de outra, o garimpo com o depósito de mercúrio:

Quanto ao garimpo de ouro, o problema é duplo: primeiro, destrói fisicamente os rios, lagos e vazantes, ao esburacar tudo e fazer descer lama e areia para as águas; segundo, o mercúrio. Usado no processo de apuração do ouro, o mercúrio escorre para a água. Absorvido pelos peixes, esse metal pesado – que o organismo não assimila – va-se acumulando até resultar numa doença nervosa chamada “Síndrome de Minamata”, que leva a morte depois de provocar tremores incontroláveis (o nome da doença vem da ilha de Minamata, no Japão, quando foi descrita pela primeira vez ao contaminar pescadores). Do peixe, o mercúrio passa para os pássaros carnívoros e, se chegar ao homem, é ele quem recebe a carga da doença (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 76).

Assim, conclui a reportagem, “a grande ameaça mesmo é a ‘poluição humana’”. Depois de reunir essa quantidade expressiva de dados científicos e aqueles coletados pela própria equipe em contato com o ambiente, a reportagem mostra que todos esses fatores constituem uma grave ameaça à flora e à fauna pantaneira. Nas palavras do autor da reportagem, “a grande ameaça ao

Pantanal é mesmo a ‘poluição humana’; se a área está preservada até hoje, é porque ainda é pouco povoada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 76).

O que estava mudando, uma vez que a população de Poconé teria crescido 50% nos quatro anos anteriores a reportagem, “em função dos duzentos ‘moinhos de cascalho’ que se estabeleceram em volta da cidade”, segundo o autor. Sendo que, “os homens que vieram garimpar dizem que, mesmo terminando o ouro, poderão ficar por ali como bóias-frias da usina de álcool inaugurada não faz muito tempo”. Junto a isso, a reportagem considerou que “o asfaltamento da Campo Grande-Corumbá vai levar mais gente para a ‘Cidade Branca’ (Corumbá) e já há grupos econômicos – inclusive no governo! – falando em estabelecer um ‘polo siderúrgico’ no Pantanal” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 76).

“Ai pode ser a gota d’água”, salientou o autor. De acordo com Ribeiro, “o bicho homem, principalmente um bicho homem como o nosso, que não tem escola nem saúde, desprotegido e despreparado, quando se junta arrasa tudo”. E acrescenta: “muitas vezes nem é por maldade ou conscientemente: o Tiête em São Paulo era um dos mais lindos rios do país – hoje, é uma argamassa escura e fétida. E não é que o paulista não gosta de pescar...” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 76).

Na conclusão da reportagem, José Hamilton Ribeiro elenca algumas possíveis soluções para salvar o Pantanal, que “por sua riqueza de água, fauna e flora, é – tecnicamente – uma ‘reserva do patrimônio da humanidade’, segundo os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza”, essas medidas deveriam ser tomadas também pela sociedade em geral (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 76). O autor conclui dizendo que “dá tempo de salvar o Pantanal: basta querer”. E acrescenta que “o homem ainda não o destruiu completamente porque, segundo diz um poeta de Corumbá, ‘se Deus é brasileiro, /todo santo é pantaneiro/ e protetor desse lugar’” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p. 78).

Na complexificação das questões sobre a modernização da agricultura, principalmente em função das críticas ao movimento geopolítico e tecnológico chamado de Revolução Verde, as respostas do próprio mundo técnico-científico e cultural ligado à modernização das atividades agropecuárias foi construindo posições discursivas que se pode chamar de “distais”, nas quais agricultura se encontrava com ecologia, com saúde, com economia, com cultura, enfim, com outros temas por vezes dispersos ou invisíveis em momentos anteriores.

O discurso ecológico pautado pela revista, nesse sentido, não está distante da perspectiva de comodificação da natureza e do contato lucrativo com o mundo natural, inclusive quando a revista incorpora as experiências turísticas como plenamente viáveis do ponto de vista econômico.

Trazer a revista *Globo Rural* para essa análise significa localizá-la no debate recente sobre ecologia e mundo rural. Em muitos momentos, a revista emitiu opiniões sobre essa temática, gerando até mesmo conflitos dentro de seu conselho editorial. Em junho de 1986, a estreita amizade entre o ambientalista brasileiro, José Lutzenberger, e o editor de *Globo Rural*, João Costa, levaria a publicação de uma ampla reportagem de cunho ecológico, criticando o manejo do cancro cítrico visto por ele como inadequado por depredar o meio ambiente.

João Costa esforçava-se, dentro da *Globo Rural*, para publicar matérias ‘protecionistas’, o que não era tranquilo, já que os maiores anunciantes da revista eram empresas de agrotóxicos. Dessa forma, embora contasse com esforço de vários jornalistas e editores ligados a posturas críticas em relação à ecologia, a narrativa da revista sobre este tema é, na maioria das vezes, superficial. Como destaca Garrard (2006, p. 6), em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, ambientalistas superficiais teriam assumido “posturas de transigência para com a ordem socioeconômica dominante”, afirmando ainda que “os partidos políticos têm de enaltecê-lo, pelo menos da boca para fora, e as indústrias reagem de maneiras que vão desde modificações dispendiosas de processos de produção até medidas “verdes” meramente cosméticas”.

### **Conclusão**

Nesse sentido, parafraseando Donald Worster (1991, p. 210) “os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais conseqüentes delas tem o nome de ‘natureza’”. A narrativa que a revista *Globo Rural* propôs aos leitores e leitoras, e a todo o país, contrastava linguagens e aspectos do discurso ambientalista do período aos interesses econômicos de grupos que financiavam suas publicações, especialmente os anunciantes de fertilizantes, insumos e maquinário.

De um lado, fica evidente que um grupo de editores e jornalistas construiu um viés ambientalista no periódico, principalmente José Hamilton Ribeiro. Este, enquanto editor chefe da revista em sua primeira década de circulação, atuou como articulador de pautas que visavam abordar temas ligados à defesa do meio ambiente. Em contrapartida, essa narrativa foi moldada para atender também ao objetivo de modernização da agricultura brasileira.



De acordo com a revista, os avanços que a modernização possibilitava, principalmente com uso da tecnologia, enquadrava o país nos moldes produtivos da agricultura mundial. Os produtores deveriam focar em alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permitiria ampliar as áreas cultivadas e a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se modernizar, visto almejarem uma venda cada vez maior.

Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros frequentemente da forma menos sistemática possível (Worster, 1991, p. 210). A *Globo Rural* pode ser vista nesse período inicial de difusão como um espaço de circulação de ideias e significados sobre a proteção ambiental, dentro da elaboração de um projeto de modernização agrícola.

Como observado na reportagem *O Grito do Pantanal*, da edição 16 da revista, linguagens e símbolos elaboram significados para o ambiente, para a fauna e flora, e para a crise ambiental, assim como em outras reportagens, onde se deu destaque para campanhas em prol do meio ambiente. Todavia, em vários momentos, a revista conclama os agricultores a largarem as enxadas, as antigas ferramentas, para aderir à tecnologia, ao agrotóxico e ao progresso, destinando a preservação ambiental ao segundo plano.

A revista *Globo Rural* construiu uma narrativa que incluiu a proteção ambiental a um projeto de modernização agrícola, destacando em suas páginas falas de leitores e leitoras, de seus editores e até mesmo de cientistas e pesquisadores. Elaborando, a partir daí, significados para a “natureza”. Esta é vista de forma diversificada, vai além do significado de “mundo natural” ou “ambiente físico” e se torna um sentimento, uma percepção cultural, ou mesmo uma maneira de se relacionar com o ambiente e de empregar significados a este.

Desde sua primeira edição, a revista *Globo Rural* chamou a atenção para temas ligados a preservação ambiental e ecologia, e buscou aliá-los a “salva-guarda” dessa natureza a que tanto prezam os leitores e os produtores do impresso. Entretanto, a tese que defendo nesse trabalho, é de que o processo de construção da ideia de rural é expressa em *Globo Rural* não só na propaganda da memória e dos costumes rurais, mas na concepção de natureza e de preservação ambiental, dentro de um projeto maior que é o de modernizar o rural e aquele identificado como homem do campo.

As raízes rurais são recuperadas pela memória de homens e mulheres, urbanos e rurais, e recebe destaque o valor da relação com a natureza no campo. Nesse movimento, destaco que a natureza, ou mesmo a “dimensão ambiental”, estaria condicionada a ação do processo de globalização sob as áreas rurais. Assim, essa dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais produtivas, seja através da agricultura, seja através do turismo rural.

O contexto que envolve essa relação, entre a retomada das raízes rurais recuperadas e a ação do processo de globalização, é complexo. Difícil será, pois, identificar a possibilidade de se alcançar um equilíbrio viável, e se tal balança penderá para um dos lados. Principalmente, porque é a qualidade da própria relação humana com a natureza que está em jogo nesse campo de disputa entre essas duas forças.

#### Referências Bibliográficas:

- APOENA. Pantanal (Almanaque Brasil Socioambiental – ISA/2008). Disponível em: <<http://www.apoena.org.br/biomas-detalle.php?cod=219>>. Acesso em: 12 agos. 2019.
- CERBINO, A. L. Tempos de elegância: memória e história nas páginas da revista Rio. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Guarapuava, v.4, n.1, p.51-60, jan.-jun. 2015.
- DE LUCCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- \_\_\_\_\_. MARTINS, A. L (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GANEM, R. S; DRUMMOND, J. A; FRANCO, J. L. **Ocupação Humana e Impactos Ambientais no Bioma Cerrado**: dos bandeirantes à política de biocombustíveis. IV Encontro Nacional da Anppas, Brasília, 2008. Anais.... p.01-20.
- GARRARD, G. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ecocriticism e educação para a sustentabilidade. **Pedagogia**. São Paulo, v.7, n.3, p. 359-383, 2007.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KLANOVICZ, J. O Brasil no mundo rural doente: a construção do agricultor na literatura em dois momentos da história brasileira (1914 e 1970). **Luso-Brazilian Review**. Wisconsin, v.44, n.1, p.87-123, 2008.
- \_\_\_\_\_. Bioregionalismo, modernismo e escrita da natureza: uma leitura sobre as obras de história local e agricultura moderna no Sul do Brasil. In: SOCHODOLAK, H.; KLANOVICZ, J.; ARIAS NETO, J. M. (orgs.) **Regiões, imigrações, identidades**. Ponta Grossa: Editora da ANPUHR, 2011. p. 35-52.
- KLANOVICZ, L. R. F. Com a palavra, os leitores. In: PEDRO, J. M. (org.). **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 275-288.

PÁDUA, J. A. **A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro.** XXVII Simpósio Nacional de História/Conhecimento Histórico e Diálogo Social, Natal, 2013. Anais.... p.01-12.

WORSTER, D. **Para fazer história ambiental.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.4. n.8, p.198-215, 1991.

**Fontes:**

GLOBO RURAL, ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985

GLOBO RURAL, ano 2, nº13, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº15, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº16, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987